O SINDICATO COBRA URGÊNCIA NA ABERTURA DAS NEGOCIAÇÕES SALARIAIS 2018 POR MEIO DE OFÍCIO À ADMINISTRAÇÃO. SE NÃO HOUVER RESPOSTA, SERÁ CONVOCADA PARALISAÇÃO DA CATEGORIA. EXIGIMOS RESPEITO!

Juiz de Fora
Março 2018
Nº 03

JORNAL DO Sinserpu
CSPB-FESERP-CSB
IMPRESSO

Trabalhadores protestam contra falhas em chamamento público

A Administração municipal quer transferir o serviço de assistência social das instituições locais para uma associação sem registro no Conselho de Assistência Social de JF. A manobra ocorreu por meio de falhas nos editais do chamamento público, cuja denúncia feita pelo SINSERPU-JF foi acatada pelo Ministério Público. Esse processo que ameaça a continuidade dos trabalhos assistenciais da Amac e de outras entidades tradicionais de Juiz de Fora gerou uma grande mobilização que tomou as ruas da cidade, no último dia 22. **Leia mais na página 4.**

PÁGINAS 2 E 3

Contribuição sindical serve para quê?

Demlurb não se mexe para resolver sucateamento

PÁGINA 3

Mês da mulher: cresce a violência contra sexo feminino

PÁGINA 2

Intervenção militar é truculência contra mais pobres

PÁGINA 2

EDITORIAL

A nova etapa do golpe chegou com canhão, fuzil, metralhadora e tudo nas favelas do Rio de Janeiro. Temer, o usurpador da República, instaurou a intervenção militar no estado fluminense com a desculpa de combate à violência. Mas quem ainda dá crédito a Temer? A iniciativa foi tomada de forma autoritária, como convém a um governo antidemocrático. Foi imposta sem qualquer satisfação ao povo e sem relatórios oficiais que comprovem a necessidade da ação extrema. Tal intervenção é injustificável uma vez que os últimos levantamentos do Ipea apontam o Rio de Janeiro no décimo lugar no ranking de violência no Brasil. O Rio de Janeiro, segundo o Ipea, está atrás de Sergipe, Rio Grande do Norte, Alagoas, Pará, Amapá, Pernambuco, Bahia, Goiás e Ceará. Além de não constar ao menos entre os três estados mais violentos do país, o que em tese poderia justificar um ato tão excessivo, é preciso refletir se a medida é realmente eficaz. O que estudos comprovam é que não se combate o tráfico de drogas e a violência com o Exército nos morros. Há outras medidas mais civilizadas e eficazes. Há que se lembrar que drogas e armas não nascem nas favelas. Elas vêm de outros países, atravessam tranquilamente fronteiras e desembarcam sob fogos de artifícios nas favelas com a conivência das autoridades.

Com a medida extrema, o desgoverno Temer quer impor o medo e o terror entre os pobres, em sua maioria, negros. Agora, como os militares não ficam à noite nos morros, a população tem sido obrigada pelos traficantes a construir barricadas contra o Exército e acaba ficando entre a cruz e a caldeirinha, sendo mais uma vez a mais penalizada.

O desgoverno Temer quer ainda valorizar a truculência como forma de governo. Desde os primeiros dias de intervenção a população mais sofrida tem passado por todo tipo de constrangimento, como revistas de homens armados em crianças e em mulheres. Isso não é justo e não é legal, uma vez que a Constituição Federal define que "todo cidadão é inocente até que se prove o contrário." Não podemos naturalizar a violência vinda de qualquer parte que seja. O Estado deve proteger seu povo e não fazer a da humilhação rotina.

MÊS DA MULHER

Violência e discriminação continuam em crescimento

Oito de março é Dia Internacional da Mulher, dia de reflexão sobre as condições da mulher no mundo. Em pleno século 21, mulheres sofrem discriminações e agressões de toda ordem, por isso precisam de uma data única para denúncias. Conforme os últimos levantamentos oficiais divulgados, a violência doméstica e familiar contra a mulher cresceu 133% em 2016.

Representando a maioria da população, as mulheres trabalham 7,5 horas a mais que os homens e recebem 30% a menos para desenvolver o mesmo trabalho tendo a mesma escolaridade e a mesma idade, segundo o IPEA. Apesar desta diferença, o projeto de Reforma da Previdência quer ampliar o tempo de contribuição da mulher, obrigando-a a se aposentar mais tarde. Além desta disparidade, mulheres são vítimas constantes de violência. Em Juiz de Fora, segundo a Casa da Mulher, 1,8 mil mulheres foram agredidas no ano passado. Em Minas Gerais , conforme o CNDS, há 1 caso de violência praticada contra o sexo feminino a cada 4 minutos. O Brasil está entre os cinco países do mundo que mais matam mulheres (feminicídio), de acordo com a ONU. É preciso lembrar que esses são os dados registrados. A maioria das ocorrências não é denunciada por medo, vergonha ou falta de apoio.

Contribuição sindical: o debate que precisa ser feito

A Contribuição Sindical foi criada com a CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas), na década de 40, pelo ex- presidente Getúlio Vargas, e posteriormente amparada pela Constituição Federal. O objetivo principal era, e é, dar independência aos sindicatos na organização das suas categorias, sem a interferência dos patrões, cabendo aos trabalhadores organizados por categoria tomarem as suas decisões em assembleias.

Mas o que é a contribuição sindical? É um imposto cobrado de todos os trabalhadores, equivalente a um dia de trabalho, descontado no mês de março. É importante ressaltar que esses valores são distribuídos às entidades, pela Caixa Econômica Federal, da seguinte forma: 60% para os sindicatos; 15% para as federações; 10% para as centrais sindicais; 10% para o Ministério do Trabalho e 5% para as confederações.

É preciso lembrar que o imposto sindical existe igualmente para a classe patronal, embora pouco divulgado. Infelizmente, a verdade não é divulgada, mas a contribuição sindical também fomenta a economia do país. Existem aproximadamente 350 mil trabalhadores e trabalhadoras que preenchem os quadros das entidades.

Os setores mais conservadores da nossa sociedade sempre travaram uma batalha contra a contribuição sindical. Atacar a fonte de custeio das entidades sindicais é tirar a independência dos sindicatos. Significa caminho livre para a terra arrasada e a volta a um triste passado de submissão da classe trabalhadora.

O governo e os parlamentares só pensam em fechar os sindicatos e acabar com as vozes da resistência. Esse foi o principal argumento para a tentativa de extinguir a contribuição. Mas é preciso deixar bem claro que a contribuição sindical não foi extinta, apenas mudou a forma de cobrança. Agora os sindicatos terão que realizar assembleias para aprovarem o desconto em suas bases, prevalecendo a decisão da maioria.

Sobre a possibilidade de manifestações contrárias, individuais ou coletivas, posteriores à assembleia, essas não serão válidas, uma vez que a contribuição sindical é um tributo e tributo é imposto. Não existe imposto facultativo, todo imposto é compulsório. O IPTU e o IPVA, como exemplos, são tributos, assim como a contribuição sindical.

Por fim, é preciso ressaltar que o maior patrimônio de todo sindicato é a sua categoria. No centro de tudo que estabelece a relação com os patrões estará a defesa dos seus direitos. A questão da contribuição sindical é uma legalidade.

Cosme Nogueira

Diretor Institucional do SINSERPU-JF, presidente da FESERP-CSB-MG.

Expediente Jornal do Sinserpu-JF
Sede: Rua São Sebastião, 780 - Centro
CEP: 36015410 - JF/MG
Tel.: (32) 3215 -1855
E-mail: sinserpujf@yahoo.com.br

Diretor de Comunicação
Joaquim Tavares

Jornalista Responsável
Márcia Carneiro

Diagramação
Anelise Medina

Tiragem: 5.000
Impressão: Fox (32) 3221 - 5185

EM ASSEMBLEIA Categoria manifestou sua opção nas urnas

Servidores aprovam desconto de contribuição sindical

Em assembleia realizada no dia 20 de fevereiro, os servidores aprovaram a continuidade do desconto da contribuição sindical. Os participantes do encontro que tiveram acesso a dois cartões, um vermelho e outro verde, no início, tiveram, ao final, a oportunidade de depositarem seus votos em uma das urnas.

A urna do cartão verde recebeu a maioria esmagadora dos votos, enquanto a vermelha obteve dois e apenas uma pessoa se absteve de se manifestar.

FORMA DE RESISTÊNCIA Um dos que fizeram a defesa do imposto, o presidente da FESERP-MG e ex-presidente do SINSERPU-JF, Cosme Nogueira, lembrou que o sindicato é a única forma de resistência do trabalhador. Ressaltou, ainda, que o sindicato tem o que mostrar, em se tratando de trabalho em favor do servidor. Ele lembrou sobre a assistência jurídica de qualidade tanto para causas trabalhistas quanto para particulares, dos convênios e das atividades políticas, sociais e de lazer. Diante da aprovação, O presidente do SINSERPU-JF Amarildo Romanazzi protocolou o resultado na Prefeitura, pedindo para fazer o desconto do imposto sindical de todos os servidores.

Sinserpu-JF esclarece contribuição sindical na Câmara

A direção do SINSERPU-JF esteve no 28 último na Câmara, para esclarecer sobre a contribuição sindical. Durante o encontro, o presidente do sindicato, Amarildo Romanazzi, explicou que a entidade colocou em prática todos os trâmites legais exigidos por lei para o recolhimento: fez a convocação para definir o recolhimento em assembleia, por meio de cartazes e conversas em todos os setores da PJF, desde janeiro. Além disso, publicou edital em ¼ de página na Tribuna de Minas e divulgou a reunião em rádios e redes sociais.

Além dos esclarecimentos, o sindicato exibiu o vídeo apresentado na assembleia do dia 20, demonstrando onde o dinheiro da contribuição sindical é aplicado. “A assembleia foi amplamente divulgada, as pessoas compareceram e tiveram a liberdade para escolherem se queriam ou não o desconto. Na abertura, a direção abriu o microfone à defesa e à acusação do recolhimento a seis interessados na argumentação presentes: três favoráveis ao imposto sindical e três contrarias. No entanto, ninguém se posicionou contra. Cinco pessoas pediram a palavra para convencer os colegas a votarem favoráveis”, ressaltou Amarildo.

CAMINHÕES SUCATEADOS

Veículos terceirizados utilizados na coleta de lixo da cidade seguem em péssimas condições de uso. Por conta disso, principalmente os bairros de Juiz de Fora ganharam aspecto bem desagradável. Sacos de lixo imensos podem ser vistos por dias, em todos os lados, inclusive muitos deles abertos com os detritos espalhados nas ruas. O problema denunciado em primeira mão pelo Jornal do SINSERPU no mês passado, não foi corrigido pela direção do Demlurb. Por esse motivo, o assunto foi pauta rotineira nos meios de comunicação da cidade, como na TV Integração, TV Alterosa e Jornal Tribuna de Minas.

É FRAUDE Categoria vai à luta para reverter manobra do Executivo

Manifestação contra chamamento público mobiliza trabalhadores da Amac

As ruas do Centro da cidade foram tomadas pelos funcionários da AMAC e demais entidades sociais de Juiz de Fora na manhã do dia 22 de fevereiro. A manifestação foi contra a Administração Municipal, que fraudou o Chamamento Público para a escolha das instituições que prestariam serviços às entidades sociais de Juiz de Fora. Em meio a tantas instituições tradicionais e comprovadamente idôneas da cidade, o Executivo favoreceu uma firma de Belo Horizonte. Durante o evento, uma assembleia com a categoria da AMAC definiu por uma nova paralisação, no dia 8 de março, Dia Internacional da Mulher.

Em resposta às irregularidades nos trâmites do chamamento público para a escolha dos responsáveis pelos serviços às entidades sociais na cidade, funcionários da AMAC e de outras instituições foram às ruas

CONTRA MANOBRA No último dia 22, os trabalhadores se concentraram em frente à Câmara Municipal e desceram em passeata pelo Calçadão até a esquina da Avenida Getúlio Vargas com a Rua Halfeld, em frente ao prédio da Secretaria de Desenvolvimento Social (SDS). Ali, dirigentes sindicais e trabalhadores fizeram o segundo momento de fala contra a medida tendenciosa da Administração Bruno Siqueira, com a anuência da AMAC e definiram os rumos do movimento. Durante a manifestação, o presidente Amarildo Romanazzi ressaltou o reconhecimento da qualidade do atendimento desenvolvido pelos funcionários da AMAC. Ele lembrou ainda que o ato foi também um protesto contra a manobra do Executivo na Câmara. Sabendo da audiência pública pedida pelo vereador Betão (PT) para debater o chamamento público no dia 22, ele desarticulou o encontro. Foi por esse motivo que a direção do sindicato marcou para o mesmo dia e local a manifestação.

SEM REPOSIÇÃO O movimento que se estende ao dia 8 próximo quer também dar visibilidade às intransigências da Administração de não passar para a direção da Amac os recursos financeiros para a reposição do IPCA do ano passado, obtida pelos servidores. “O SINSERPU-JF não dará tréguas. Vamos denunciar esse absurdo na próxima manifestação. Após as denúncias, a categoria aprovou nova paralisação para o dia 23/03, com idicativo de greve, caso o direitos dos trabalhadores continuem sendo desrespeitados”, observou o presidente Amarildo.

Trabalhadores da Amac não aceitam traição

Paulo Azarias (diretor formação política do SINSERPU-JF e funcionário do CRAS/Benfica)

Depois das denúncias de irregularidades envolvendo o Chamamento Público, AMAC outras instituições e SINSERPU-JF definiram pela paralisação de suas atividades no dia 22 último. A decisão foi tomada em uma reunião no dia 7 de fevereiro, no salão do sindicato e contou com ampla participação. Entre os presentes estiveram o diretor-presidente da AMAC, Sr João Batista da Silva, que apoiou o movimento. No entanto, bastou o prefeito Bruno Siqueira acenar à conversa, que a postura da direção da AMAC mudou radicalmente o discurso, tentando convencer os funcionários a não aderirem aos protestos. Os companheiros e companheiras não se intimidaram e partiram para a mobilização. Além de lutarem contra as injustiças do chamamento público incluíram na pauta o não pagamento do IPCA do período de 2016-2017 e outros abusos.

Assim, no dia 22 de fevereiro, os trabalhadores da AMAC deram uma lição de cidadania em uma das maiores paralisações em defesa da assistência social de qualidade em Juiz de Fora. Uma demonstração de vitória foi o carregamento do cartão alimentação imediatamente após a paralisação. O benefício estava atrasado desde o início do mês.

Por outro lado, foi possível perceber que a AMAC continua submissa à Administração Municipal. O prefeito Bruno Siqueira, mais uma vez, entra em cena com uma atitude covarde, passando o pagamento dos salários que era feito sempre no último dia de cada mês para o quinto dia útil do mês seguinte. Para mostrar força e união, a categoria voltará às ruas no dia 8 de março.

Retrospectiva

24/10 a 21/11/2017 Atendendo determinação da Lei federal 13.019 de 13 de julho de 2014, prefeitura publica edital do Chamamento Público.Objetivo: selecionar Organizações da Sociedade Civil (OSC) sem fins lucrativos para desenvolver trabalhos na área de assistência social da cidade.

25/11/2017 SINSERPU-JF protocola documento no Ministério Público questionando editais da PJF para a seleção. Com base em estudos jurídicos, sindicato alega vieses de ilegalidade e inconstitucionalidade.

25/01 Abertura dos envelopes com propostas das instituições sociais. A Adra, entidade ligada à Igreja Adventista, vence 22 blocos do edital. Ela, porém, não possui cadastro no Conselho de Assistência Social em JF, uma das exigências legais. O resultado ameaça a continuidade dos trabalhos das instituições tradicionais da cidade, gerando desemprego.

4/02 SINSERPU-JF publica nota paga no Jornal Tribuna de Minas questionando o grande beneficiado pelo chamamento público.

5/02 AMAC, entidades assistenciais de Juiz de Fora e SINSERPU-JF dão início à busca por soluções jurídicas contra a definição do chamamento. Nesse dia é criado o Fórum dos Movimentos Sociais que define nova reunião para o dia 7/02.

6/02 PJF publica nos Atos do Governo habilitação da Adra para prestação de serviços no valor de R$ 8,2 milhões.

7/02 Participantes decidem pela paralisação das atividades. Advogada do SINSERPU-JF informa que Ministério Público acata denúncia do sindicato apontando irregularidade no processo do chamamento público.

22/02 Manifestação da AMAC e das entidades de assistências sociais tomam as ruas da cidade.

8/02 Funcionários da AMAC e SINSERPU-JF voltam às ruas pelo reajuste do IPCA 2016/17 repassado a todos os segmentos representados pelo sindicato, menos para a AMAC.